

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA UNIR *CAMPUS* DE
CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

ELISIENOS LIMA STOCHI

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA VISÃO DOS POLICIAIS
MILITARES DO SERVIÇO OPERACIONAL

Artigo de Conclusão de Curso

Cacoal
2008

ELISIENOS LIMA STOCHI

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA VISÃO DOS POLICIAIS
MILITARES DO SERVIÇO OPERACIONAL**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Simone Marçal

Cacoal
2008

DEDICATÓRIA

Dedico este artigo aos meus pais, Enos e Elisia. Em especial a minha mãe que nunca deixou que eu desanimasse e sempre me lembrou que o único caminho para vencer na vida é através dos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bom Deus por ter sempre estado ao meu lado principalmente nas turbulências da vida.

Aos meus pais por sempre me apoiar e acreditar na minha capacidade.

A minha irmã Elisiani pelas palavras e apoio e motivação.

A minha orientadora que não mediu esforços para que esse sonho se tornasse realidade.

A Sônia por ter me auxiliado de forma primordial nesse artigo.

A minha turma, pois sem a ajuda deles eu não teria conseguido chegar até aqui.

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA VISÃO DOS POLICIAIS MILITARES DO SERVIÇO OPERACIONAL

Elisienos Lima Stochi¹

RESUMO

O intuito desse artigo é apresentar a polícia comunitária na visão dos policiais militares que estão diretamente em contato com a comunidade, ou seja, aqueles que desenvolvem o serviço operacional de radiopatrulha e estão diretamente atuando como mediadores de conflitos e solucionadores de problemas dos mais variados na sociedade. Serão demonstrados como interagem com a filosofia de polícia comunitária, as dificuldades encontradas e as barreiras que aparecem dificultando a utilização dessa nova ferramenta. Pesquisa descritiva exploratória com abordagem qualitativa, com estudo de caso realizado na base da Polícia Militar no Bairro Teixeira no município de Cacoal. Os participantes da pesquisa foram 15 (quinze) policiais que trabalham no setor operacional e que apresentam maior resistência quanto ao modelo de policiamento comunitário. As técnicas de coletas de dados foram pesquisa bibliográfica e questionário contendo perguntas abertas e fechadas. Os resultados da pesquisa demonstram que as resistências se dão por conta de falta de recursos humanos e má adequação na escala de serviço. Diante dos resultados, sugere-se que haja um maior investimento em recursos humanos no quesito quantidade e que os demais órgãos que compõem o sistema de segurança pública municipal passem a aderir a essa ferramenta.

Palavras-chave: Polícia Comunitária. Policiais militares. Comunidade. Barreiras. Sistema Comunitário.

1 INTRODUÇÃO

A filosofia de policiamento comunitário teve seu início na cidade de Cacoal, no ano de 2003, com a implantação da Base Comunitária do Bairro Teixeira. Tal escolha teve como ponto fundamental a localização centralizada de fácil deslocamento aos 08 (oito) bairros que fazem parte do chamado setor comunitário do Teixeira. Além da localização outros objetivos foram considerados, tais como: inibir ilícitos que ocorriam na praça dos Pioneiros, consumo de drogas, associação para tráfico, comércio de mercadorias roubadas, formação de gangues e roubos.

¹ Policial Militar. Formando em Administração – UNIR.

Após a escolha do local foram tomadas medidas para a construção da base, que envolveram vários setores da sociedade, desde a doação do terreno por um particular, mão-de-obra voluntária por parte da comunidade e participação voluntária de policiais. Outra construção diz respeito à filosofia comunitária no pensamento das pessoas abrangidas pelo projeto, pessoas da sociedade, dos órgãos públicos e dos policiais.

O objetivo desse artigo é analisar o modelo de policiamento comunitário gerenciado na base do setor comunitário do Teixeira, no município de Cacoal, tendo como referencial a visão dos policiais militares do serviço operacional, dando enfoque a quatro pontos chaves:

- Analisar as atividades desenvolvidas;
- Verificar os princípios do Policiamento Comunitário;
- Observar os benefícios do Policiamento Comunitário, e
- Analisar a relação criada entre o policial e o policiamento comunitário.

Ressalta-se que tal base já foi nacionalmente condecorada com a 3ª colocação no prêmio Motorola de Policiamento Comunitário no ano de 2005 e que o autor deste artigo participou do policiamento comunitário durante dois anos e meio. Durante esse tempo foi observado alguns dados relevantes sobre esse tipo de trabalho, tais como: maior presença da polícia na comunidade, interação com a comunidade, envolvimento de todos os órgãos que compõem o sistema de segurança pública municipal e rejeição por parte de alguns policiais a essa mudança organizacional.

O tema se torna importante visto que a criminalidade vem devastando a sociedade, corrompendo valores e destruindo lares. E embasado em dados do Conselho Federal de Economia que demonstram que estudos feitos no ano de 2004, mostraram que os custos da violência no Brasil foram de R\$ 92,2 bilhões, representando 5,9% do PIB, ou um valor *per capita* de R\$ 519,40. A violência custa caro tanto para o Estado quanto para o particular, pois a pessoa que é vítima de determinados delitos param de produzir tomando-se peso para o Estado. O tema se torna peça fundamental para uma análise do ponto de vista administrativo de suas falhas e a partir daí reformular a maneira de se trabalhar e melhor utilizar essa ferramenta, partindo de uma análise interna o artigo visa a questão de como tornar o policiamento comunitário mais aceito entre os policiais do

serviço operacional do setor comunitário e conseqüentemente mais eficiente. Diante do exposto, questiona-se: qual a percepção dos policiais militares em relação ao modelo de policiamento comunitário gerenciado no bairro Teixeira, no município de Cacoal?

METODOLOGIA

Pesquisa descritiva exploratória com abordagem qualitativa. Para analisar sobre a base comunitária no bairro Teixeira foi desenvolvida uma pesquisa utilizando como método investigativo, a pesquisa bibliográfica e o método estudo de caso. Segundo Santos (2002), a pesquisa bibliográfica é o conjunto de materiais escritos e gravados, que contêm informações já elaboradas e publicadas por outros autores. São eles livros, publicações periódicas (jornais, revistas, sites, etc.). Ou seja, a publicação de quaisquer dessas fontes caracteriza a pesquisa bibliográfica. Para completar esse entendimento Gil (2002) define pesquisa como sendo um procedimento sistemático e racional que possui como objetivo a oferta de respostas aos problemas então propostos.

Segundo Santos (2002), o método de pesquisa estudo de caso, vem sendo utilizados em diversas áreas como, a Medicina, Psicologia, Direito, Administração, etc. Este método tem como objeto de pesquisa, qualquer fato ou fenômeno, exigindo do pesquisador grande equilíbrio intelectual e, capacidade de observação, além de competência quanto à generalização de resultados, pois ele busca a compreensão de um todo do conteúdo investigado.

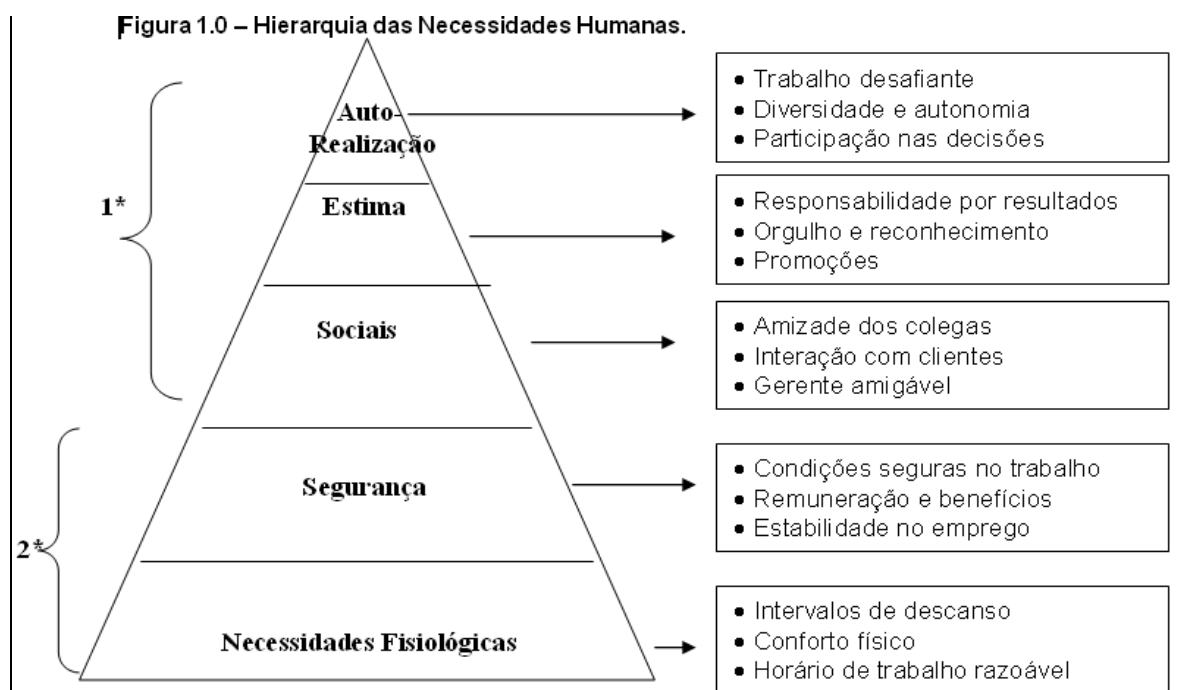
Para o seu desenvolvimento foi utilizado questionário conforme Apêndice A, contendo 19 (dezenove) perguntas abertas e fechadas que foram enviadas a cada um dos entrevistados via *email*. Esse questionário foi direcionado a um grupo de 15 policiais militares que realizam o serviço operacional de Radiopatrulha do setor comunitário do bairro Teixeira e que geralmente apresentam maior resistência quanto ao modelo de Policiamento Comunitário. Como o efetivo que desenvolve esse tipo de trabalho é pouco, o universo pesquisado caracteriza uma análise de 100% dos envolvidos nesse tipo de policiamento. Para a análise dos resultados utilizou-se análise do discurso e os dados

foram tabulados em gráficos em planilha do Excel, possibilitando evidenciar as relações existentes entre o problema de pesquisa proposto e os dados coletados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Segurança Pública

Segurança Pública é o conjunto de medidas tomadas para assegurar à população princípios básicos, como o direito a vida, ao patrimônio ao bem estar. Tais medidas têm que visar que os delitos, este em sentido amplo, fiquem em limites aceitáveis, pois a necessidade de segurança, segundo Chiavenato (2000) constituem o segundo nível das necessidades humanas, ou seja, são as necessidades de segurança, de estabilidade, a busca de proteção contra a ameaça ou privação, a fuga ao perigo. Tal teoria das necessidades explica porque a sociedade necessita de segurança, é nesse contexto que viram a necessidade de se agruparem para juntos fortalecerem, para que assim possam galgar outros níveis de realização humana, conforme figura 01.



1* - Necessidades secundárias;

2* - Necessidades primárias.

Fonte: Chiavenato (2000)

Na idade média onde as sociedades surgiram aos redores dos Castelos ou dentro de muralhas, e os Reis os defendiam de agressões externas. Com as evoluções sociais apareceram as agressões internas e nesse contexto surge a necessidade de criar regras internas para garantir a segurança na comunidade como salienta Lima (1973).

Recentemente em nossa história a sociedade entrou e saiu de Estados Autoritários e Democráticos, e no Brasil a transição para o Estado democrático de direito, teve como pilar a Constituição Federal de 1988 que definiu regras, seja em direitos e garantias, e distribuiu competências a diversos órgãos e dentro dessa distribuição trouxe claramente em seu artigo 144 *caput* quais são os órgãos que integram o sistema de segurança pública, tornou claro também que é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, cabendo a toda a sociedade contribuir para a sua melhoria.

2.2 Conceitos de Polícia Comunitária

O conceito de polícia comunitária é amplo abrangendo toda a sociedade na busca de uma melhoria. Segundo Trajanowicz (1994, p. 4):

[...] é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

Outro importante conceito é o de Ferreira (1995, p. 56), pois relata que “Polícia Comunitária é uma atitude, na qual o policial, como cidadão, aparece a serviço da comunidade e não como uma força. É um serviço público, antes de ser uma força pública”. Partindo desse ponto tem-se que Polícia Comunitária é a interação entre polícia e comunidade com o objetivo comum que é a melhoria da qualidade de vida, interação que acontece através do diálogo e da ação de ambas as partes.

Segundo Wadman (1994), é uma maneira inovadora e mais poderosa de concentrar as energias e os talentos do departamento policial na direção das condições que freqüentemente dão origem ao crime e a repetidas chamadas por auxílio local.

Inovadora porque revê os conceitos e direciona os esforços em uma ação mais preventiva, atacando o crime em sua raiz. Direciona um serviço prestado com qualidade e eficiência a comunidade.

Argumenta Murphy *apud* Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP (2007) numa sociedade democrática, a responsabilidade pela manutenção da paz e a observância das leis e da comunidade, não é somente da Polícia. É necessária uma polícia bem treinada, mas o seu papel é o de complementar e ajudar os esforços da comunidade, não de substituí-los. A idéia é que a comunidade deve ser mais participativa nas decisões sobre o que ocorre no bairro. Ela deixa de ser a platéia e passa a fazer parte do elenco de atores, com isso ela se torna cada vez mais responsável pelo que acontece ao seu redor.

Outro ponto importante a salientar é o conceito de policiamento comunitário, segundo Trajanowicz (1994, p. 7) “o Policiamento Comunitário, portanto, é uma filosofia de patrulhamento personalizado de serviço completo, onde o mesmo policial trabalha na mesma área, agindo numa parceria preventiva com os cidadãos, para identificar e resolver problemas”. Então o policiamento comunitário diz respeito às ações desenvolvidas pela polícia, seja no planejamento realizado ou através de diretrizes que focam as melhorias e também no próprio comprometimento do policial com a comunidade.

2.3 Os Princípios e Benefícios do Policiamento Comunitário

A polícia comunitária tem como pilar dez princípios que servem para sua sustentação, toda instituição ligada aos princípios tem que se orientar por eles, conforme vários grupos de estudos salientam e a SENASP (2007, p. 46-47), traz a seguinte ordem:

- I - Filosofia e estratégia organizacional – tem como base a comunidade que orienta as novas ações direcionando quais idéias têm que ser implementadas, deixando de lado idéias pré-concebidas sobre policiamento.
- II - Comprometimento da organização com a concessão de poder a comunidade – todo cidadão deve participar como parceiro na busca de soluções dos problemas sociais, dividindo assim direitos e responsabilidade.
- III - Policiamento descentralizado e personalizado – o policial deve conhecer a realidade do local onde trabalha, assim ele deve ser um policial plenamente envolvido com a comunidade.
- IV - Resolução preventiva de problema a curto e a longo prazo - o policial deve prever futuras ocorrências, evitando assim que ele seja somente acionado por rádio, com isso diminui o número de chamadas do COPOM.

- V - Ética, legalidade, responsabilidade e confiança – o policiamento comunitário prevê um novo contrato entre sociedade e polícia com base nesses.
- VI - Extensão do mandato policial - maior autonomia ao policial que atua no local, dando a ele liberdade na tomada de iniciativas dentro dos parâmetros rígidos de responsabilidade.
- VII - Ajuda às pessoas com necessidades específicas – valorizar as pessoas mais vulneráveis da comunidade, como criação, idosos, deficientes, sem teto, etc.
- VIII - Criatividade e apoio básico – ter confiança nas pessoas que estão em linha de frente do policiamento comunitário, confiar em seu discernimento, sabedoria e experiências. Isso propiciará abordagens mais criativas na resolução dos problemas da comunidade.
- IX - Mudança interna – exige um comprometimento de toda a organização. É fundamental uma reciclagem no seu quadro de pessoal. É uma mudança que se projeta para 10 ou 15 anos.
- X - Construção do futuro – deve-se oferecer à comunidade um serviço personalizado e descentralizado. A ordem não deve ser imposta de fora para dentro, mas as pessoas devem ser encorajadas a pensar na polícia com um recurso a ser utilizado na resolução de seus problemas atuais.

Para a implantação de policiamento comunitário na sociedade brasileira orienta-se de acordo com esses princípios e determinações adotados pela filosofia de policiamento comunitário. Portanto, polícia e comunidade buscam juntas identificar os principais pontos que afligem a comunidade e, a partir de então, apresentar soluções viáveis para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, criando uma cultura participativa em um novo jeito de fazer segurança pública.

Assim, a análise dos princípios que regem a Polícia Comunitária deixa claro que o maior objetivo dessa filosofia de trabalho é a participação da comunidade, de forma organizada e estruturada, visando à melhoria da qualidade de vida.

Os benefícios do policiamento comunitário são a redução da criminalidade através de medidas preventivas, uma sociedade confiante no sistema de segurança pública, melhoria na qualidade de vida sabendo que o setor público tem uma atenção especial voltada com políticas claras de combate a violência. Os agentes da lei também conquistam com a aproximação das pessoas a quem prestam seus serviços. Bayley e Skolnick (2002, p. 45), enumeram os benefícios do Policiamento Comunitário:

- I – Benefícios Políticos - O Policiamento Comunitário é um jogo em que a polícia sempre ganha. Caso o programa seja bem sucedido a polícia fica com os créditos. Na hipótese de um fracasso total, poderá argumentar que a redução da violência requer a intensificação dos métodos tradicionais.
- II – Apoio Popular - O Policiamento Comunitário é uma oportunidade, para que a polícia penetre na comunidade conquistando seu apoio para as atividades

de segurança. Desse modo, a polícia tem aberto um canal para falar e ser ouvida, no qual pode explicar seus métodos e associar-se às iniciativas da comunidade.

III – Construindo o Consenso - O Policiamento Comunitário é um meio de desenvolver o consenso, entre polícia e público, sobre o uso apropriado da lei e da força. As forças policiais têm obrigação não apenas de capturar os criminosos, mas também de manter a ordem nas locais públicos.

IV – Moral Policial - Contatos positivos são estabelecidos por meio do programa, assim, o policial recebe apoio do público, que necessita de seu auxílio, para o exercício de sua atividade, sendo sua presença aceita e desejável, mudando o ânimo do agente de trabalhar sob o olhar de hostilidade e desconfiança.

V – Estatura Profissional - O Policiamento requer um novo tipo de profissional que tenha iniciativa e saiba lidar com as novas dinâmicas estratégicas do serviço. Não basta, agora, ser grande e forte, outros atributos são necessários: empatia, flexibilidade, capacidade analítica e de comunicação.

VI – Desenvolvimento de Carreira - Considerando-se esses novos atributos, surgem novas formas de avaliação interna do trabalho policial, ao mesmo tempo, novas oportunidades de carreira para os policiais mais diversificados.

Esses benefícios permitem que o policial tenha atitudes mais ativas possibilitando maior flexibilidade na desenvoltura de seu trabalho, ganhando com isso maior prestígio pessoal e reconhecimento da sociedade. No âmbito da corporação cria uma visão de polícia cidadã, quebrando paradigmas de uma visão oriunda do regime militar, de uma polícia autoritária que não respeita os Direitos Humanos, que grande parte da população nos dias atuais ainda a interpreta assim.

2.4 A Relação entre o Policial e o Policiamento Comunitário

A relação criada entre o policiamento comunitário e o policial militar são as mais diversas, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo. Os fatores internos interferem nessa relação criando barreiras preconceituosas, pelo fato de desenvolver atividades novas em relação ao trabalho tradicional, muitos policiais acabam taxando essa atividade como atípica da função. Segundo SENASP (2007) essa barreira chega a muitas vezes a taxar o policial que desenvolve um trabalho de proximidade com a comunidade local visto como “vagabundo ou protetor de civis”.

Os fatores externos não são muitos diferentes dos internos, a sociedade cobra uma polícia atuante e eficaz contra o crime, mas quando essa atuação vem em forma de medidas preventivas sociais muitos taxam como policiais fora de suas funções principais. A comunidade não sabe qual é a sua relação com a polícia, exige apenas policiamento,

mas não toma atitudes preventivas e de reeducação e muito menos exige providências de outros órgãos públicos.

Tanto fatores internos como externos e mais as visões pessoais dos policiais militares sobre como um policial deve ser acaba criando barreiras que os tornam inflexíveis a essa nova filosofia.

2.5 Origem do Policiamento Comunitário

O conceito de policiamento comunitário vem como uma proposta inovadora com a visão de uma nova proposta, muitos governantes apostam nessa ferramenta e nos seus projetos, com o intuito de resgatar a credibilidade da polícia e de sua própria imagem perante a sociedade. A premissa básica da polícia comunitária é que tanto a comunidade como a polícia são co-produtoras da segurança pública, como bem preconiza SENASP (2007). A origem da existência da polícia comunitária tem como iniciativa a preocupação em aproximar polícia e comunidade, tendo como pano de fundo a percepção das questões sociais, enfoque este que se faz presente nos princípios da polícia comunitária, abaixo seguem informações sobre a implementação desse trabalho em um contexto mundial, a ação no Brasil e no local de pesquisa.

2.5.1 Polícia Comunitária no Mundo

Com a busca de melhoria na segurança pública brasileira o Ministério da Justiça por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública começou a desenvolver estudos na busca de um sistema onde envolvesse todos na construção de uma sociedade mais segura. Tal necessidade levou a busca pelo mundo, onde foi observado o modelo de policiamento do Japão que consiste num sistema de policiamento fardado. Desenvolve um dos processos mais antigos de Policiamento Comunitário no mundo (criado em 1879), montado numa ampla rede de postos, num total de 15.000 em todo o país, denominados KOBANS E CHUZAISCHOS, conforme salienta (SENASP, 2007).

O Chuzaischo, segundo SENASP (2007), é um posto policial instalado em uma casa fornecida pela prefeitura onde o policial reside com sua família, existindo mais de 8.500 em todo o Japão; o policial executa sua ronda, fardado, nos horários de expediente e sua esposa o auxilia quando ele está ausente do posto, atendendo telefone, rádio e as pessoas que comparecem ali, no entanto, ela não é considerada funcionária do Estado, mas seu marido recebe uma vantagem a mais por isso.

Os Kobans são instalados em áreas de maior necessidade policial, próximo a lugares de alta concentração de pessoas e de comércio, são construídos em dimensões racionais contendo uma sala para atendimento ao público e local para alojamento (com camas e armários), nesse local trabalham de 3 (três) a 4 (quatro) policiais durante 24 horas do dia. Eles trabalham desenvolvendo atividades de patrulhamento a pé, de bicicletas ou motorizado, e são responsáveis por uma pequena área de atuação, cabendo então fazer visitas a residências, comércio, conseguindo assim um controle detalhado daquela área. (SENASP, 2007).

O Policiamento Comunitário no Japão é o centro das atividades policiais contando com 40% do efetivo. Outro grande programa de Policiamento Comunitário está nos Estados Unidos da América, onde, observou-se que por mais que se investisse em contratação de policial, mais tecnologia e aparelhamento policial os índices de criminalidade continuavam aumentando, isso fez com que a polícia norte-americana revisse alguns conceitos. Foi observado que com a modernização a polícia deixou de fazer sua ronda a pé ou a cavalo passando a utilizar automóvel, e com isso passou a se distanciar da comunidade.

Surgiram então programas tentando aproximar a polícia com a comunidade, e um desses é o Policiamento Orientado ao Problema que se baseia no conceito de que a polícia de reagir ao crime e passa a mobilizar os seus recursos e esforços na busca de respostas preventivas para os problemas locais, conforme SENASP (2007). Assim contribui para o encaminhamento de soluções aos problemas, a polícia atrairá a cooperação dos cidadãos, além de contribuir para eliminar condições propiciadoras de sensação de insegurança.

2.5.2 Polícia Comunitária no Brasil

O modelo de Policiamento Comunitário foi introduzido no Brasil a partir da década de 80 quando as polícias militares estaduais buscavam a reestruturação de seus processos com base na Constituição Federal de 1988. SENASP (2007) relata que começaram a aparecer modelos de policiamento comunitário após o I Congresso de Polícia e Comunidade, promovido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo no ano de 1991, considerado para muitos como o marco inicial sobre o tema no Brasil. Nesse mesmo ano deram início o programa de Policiamento Comunitário no bairro de Copacabana no Estado do Rio de Janeiro, e em São Paulo teve como marco a cidade de Ribeirão Preto.

Logo a filosofia de Policiamento Comunitário foi se alastrando pelo país e outros Estados aderiram também. Em 1985 criou-se o projeto Polícia Interativa na Cidade de Guaçu no Estado do Espírito Santo, dando um passo importante para a fixação no Estado. Costa (1995, p. 88), afirma que:

[...] assim está sendo concebido o POP-COM (Polícia Interativa) como um novo tipo de Policiamento Ostensivo, pois objetiva obter produtividade e qualidade no serviço de polícia ostensiva, prestados à sociedade, trazendo como inovação a possibilidade real de se aferir as ações ostensivas do policial militar no setor onde atua pontuando-as e controlando de modo criterioso o seu desenvolvimento, através de informática.

Tal iniciativa diminuiu a criminalidade na cidade em 25,4 % em 1993, e aumento a credibilidade da Polícia perante a sociedade e proporcionou uma maior sensação de segurança na comunidade.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

3.1 Atividades Estratégicas usadas para aproximar a polícia com a comunidade

As atividades de Policiamento Comunitário tiveram seu início no ano de 2003, no comando desse projeto estava o Ten. Cel. PM Adilberto Saraiva Maciel e com

coordenação do Cap. PM Cristiano Silva Lisboa. Esse projeto foi um marco para segurança pública do Município de Cacoal. A princípio o policiamento era feito utilizando um ponto móvel, que era instalado das 19:00h às 0:00h na praça dos Pioneiros, assim começou a ser feito a aproximação da polícia com a comunidade. Com a conclusão da base só trouxe benefícios à comunidade, hoje o local conta com um comércio em expansão, que antes da base não pensaria em instalar pontos comerciais naquela localidade, visto que no bairro os índices de criminalidade eram altos, pois a praça que fica em frente à base era dominada por gangue e “boca de fumo”.

Segundo Hyrcyna e Costa (2007) em 2004 foi feita uma pesquisa com a comunidade para saber se o Policiamento Comunitário trouxe mais segurança para o bairro, 98% disseram sim e 2% disseram não. Essa pesquisa foi realizada com 1000 pessoas, cerca de 10% dos moradores do Setor Comunitário, tal pesquisa visava avaliação e mensuração das metas e dos resultados no município de Cacoal/RO.

As atividades desenvolvidas pelo policiamento comunitário são as mais diversas possíveis, engloba um sistema que as partes formam o todo, pois vão desde uma simples visita à residência de um cidadão, palestras nas escolas, palestras em igrejas, palestras em associações, visitas aos comércios, e o planejamento de operações para a repressão de comercialização de drogas em bares e “bocas de fumo”.

No tocante a projetos sociais tem como destaque a Música na Comunidade, onde um grupo composto de três policiais militares desenvolveu e buscou recursos financeiros junto a comunidade para aquisição de instrumentos musicais e capital para o pagamento de dois professores de música.

Nas escolas é desenvolvido o programa Jovens Construindo Cidadania - JCC – tal programa visa que os próprios alunos resolvam seus problemas, são nomeados líderes e mediante o uso de linguagem própria, contando com sua proximidade e visão da realidade, atuam de maneira ativa na mediação dos problemas. Os jovens ainda produzirão relatórios de crimes que ocorrem no âmbito escolar e extra-escolar, também através de palestras informarão aos seus colegas algumas atitudes que visem à prevenção

de crimes, drogas e violência; nesse contexto fica um policial responsável de fazer o acompanhamento destas atividades e orientando no que for possível.

As visitas à comunidade são feitas primeiramente dividindo o setor comunitário e atribuindo a cada equipe um bairro específico, a partir disso o policial buscará criar um vínculo de proximidade com a sociedade, para colher informações sobre os mais diversos problemas enfrentado, e em alguns casos tendo um *feedback* de ocorrências atendidas pela polícia militar. Essas informações são repassadas ao comandante da base que as toma como um termômetro para saber se o policiamento está sendo desempenhado com qualidade, eficiência e lealdade.

3.1.1 Composição do Policiamento Comunitário do Bairro Teixeira – Análise dos Questionários

Como o Policiamento Comunitário é um sistema em que as peças formam o todo, pois é formada de várias atividades como visitas a comunidade, projetos sociais e trabalho nas escolas. A desenvoltura desses trabalhos é que faz o diferencial dos demais trabalhos desenvolvidos pela polícia tradicional. Primeiramente será demonstrado o perfil desse profissional que desenvolve o serviço operacional no setor comunitário e que foi direcionado o questionário. Foram selecionados quinze Policias Militares e a faixa etária é de 26 anos, com uma média de serviço prestado na corporação policial de 3,73 anos e de trabalho no serviço comunitário são de aproximadamente 2,6 anos. A faixa etária desse profissional encontra-se em um nível em que as pessoas estão pleno desempenho de suas funções, já em relação ao tempo na corporação policial demonstra que há pouca experiência, pois com pouco tempo ele ainda está se situando dentro da corporação, e esse tempo cai com relação ao tempo de atuação no policiamento comunitário.

Os policias e sua percepção à filosofia do policiamento comunitário foi constatado que 100% tem curso sobre o tema, isso demonstra que por parte do alto escalão houve uma preocupação em preparar o policial para o desempenho dessa função específica, embora tal curso tenha ocorrido depois que muitos já estarem há mais de um ano no exercício do policiamento comunitário.

Com todo esse investimento em curso no preparo do policial, um quesito que chama a atenção é que apenas 27% trabalham no setor comunitário por identificação com a filosofia, ou seja, são policiais que se identificam com o tipo de trabalho desenvolvido no setor comunitário, isso explica a grande dificuldade encontrada para que a engrenagem do sistema seja perfeita, pois com uma margem de 73% trabalhando sem identificação com o serviço específico, estão lá desempenhando o trabalho policial, mas não de acordo com os preceitos comunitário. Tal análise leva a outro preceito que 60% não acreditam que é viável a prática da filosofia de policiamento comunitário no serviço operacional, porque segundo eles cria um elo que dificulta a imparcialidade, que na hora de agir deixa o operador da lei de certa forma atrelado a um laço de amizade, pois a mão que abraça será mesma que irá punir.

Nesse sentido, Bayley e Skolnick (2002, p. 17-18) apontam que:

O policiamento torna-se significativo para a sociedade nas ações que levam em conta o mundo ao seu redor. O que o policiamento é, internamente, em termos de filosofia, estilo de gerenciamento e organização são meios para **tal** fim. Se quisermos fazer algum progresso em relação ao policiamento comunitário, ou em relação a qualquer outra forma de policiamento, devemos atribuir um conteúdo programático a esse esforço. Ele deve refletir a filosofia no nível de táticas e estratégias de operação. Se deixarmos de insistir neste aspecto, o policiamento comunitário será puro teatro, que talvez até possa ser interessante às próprias forças policiais, mas que terá pouca importância para as comunidades que essas forças se propõem a servir.

Partindo desse ponto observa-se que a comunidade deve ser vista como parceira no desenvolvimento da segurança pública, só assim conseguirá polícia e sociedade minimizar os efeitos da criminalidade e da violência.

Para verificar como os policiais interpretam os benefícios do policiamento comunitário, os entrevistados responderam que no comparativo com outras atividades desenvolvidas pela Polícia Militar o trabalho comunitário se classifica da seguinte forma conforme figura 02.

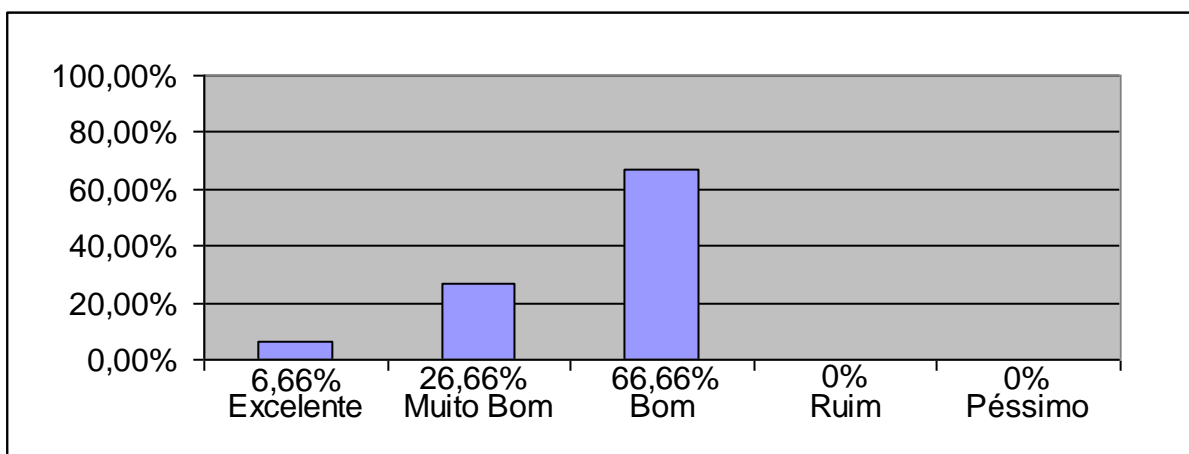


Figura 02: Comparativo a outras atividades desenvolvidas na Polícia Militar.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor (2009)

A interpretação desses dados revela que 66,66% dos policiais acham que o policiamento comunitário é importante, tendo a percepção que a polícia precisa desse tipo de trabalho, e valorizam os que desenvolvem o trabalho, pois sabem que só assim a polícia vai penetrar nos lares e conquistar o apoio popular, vai possibilitar um nível de excelência no quesito segurança pública porque criará um canal em que poderá falar e ouvir os anseios da comunidade. Conforme diz os princípio quinto da filosofia do policiamento comunitário, que trata da ética, legalidade, responsabilidade e confiança. Confiança adquirida com maior facilidade em relação ao trabalho tradicional.

Outro ponto crucial é a opinião, que revelam os princípios pessoais que cada policial carrega sobre o policiamento comunitário conforme figura 03, como é a visão dele referente à realidade vivenciada.

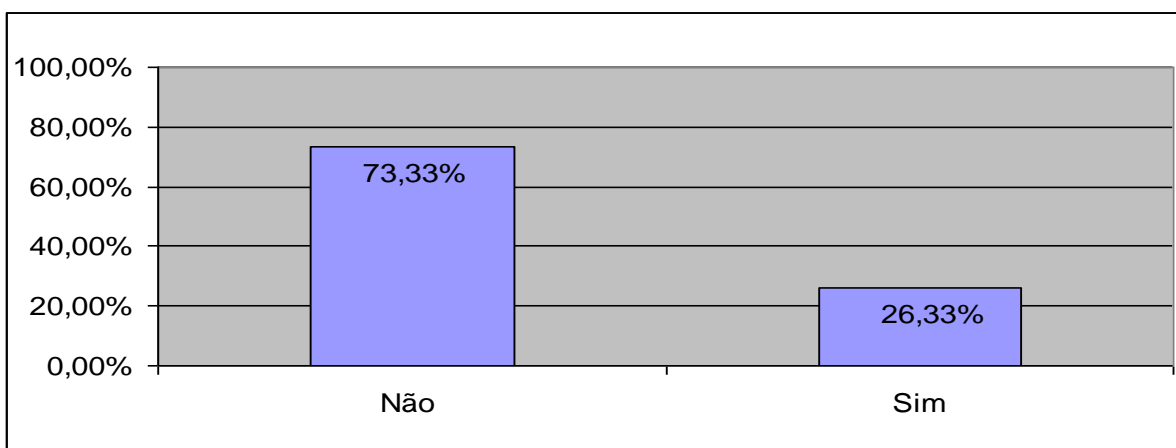


Figura 03: O trabalho desenvolvido pelo policiamento comunitário condiz com a realidade da comunidade

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor (2009)

Como um dos princípios do Policiamento Comunitário diz respeito a mudança interna em que toda a organização esteja envolvida no trabalho, para 73,33% é um esforço por parte dos comandantes em fazer uma imagem positiva da polícia, transformá-la em uma instituição mais assistencial, desfigurando de sua real essência. Esta resposta é analisada partindo do ponto que nos dias atuais são eles que desenvolvem o trabalho comunitário e como há certa resistência, explicaria o alto índice de rejeição pelos modos operante da filosofia no setor comunitário do Bairro Teixeira. E pelo fato de não acharem satisfatórios o enfoque dado ao assunto.

Quando indagados sobre o conceito do exercício da polícia comunitária, conforme figura 04.

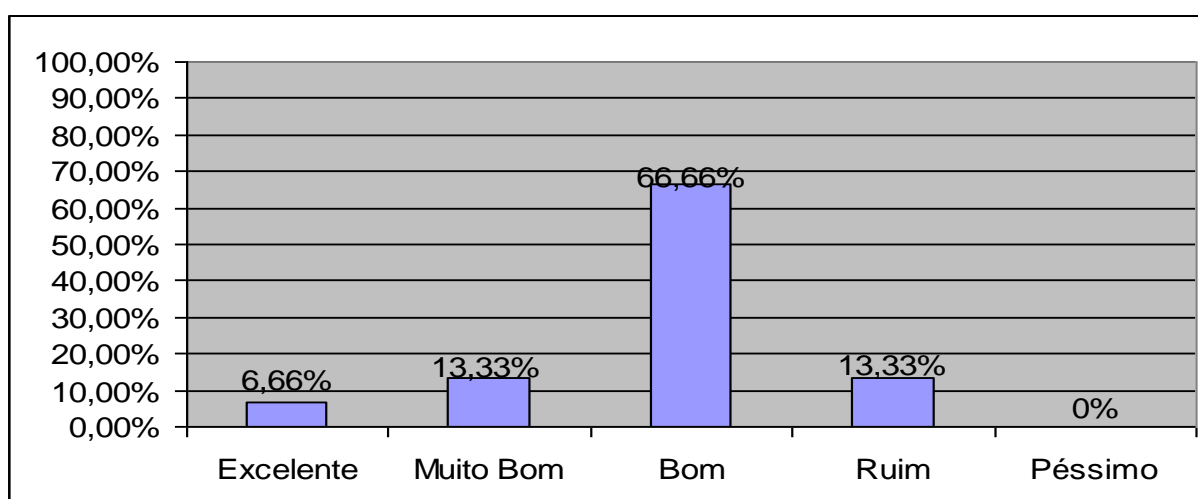


Figura 04 - Conceito do exercício da polícia comunitário.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor. (2009)

Dentre os entrevistados, 66% se mostraram positivos, otimistas em relação ao modelo inovador de se fazer segurança pública, demonstram assim, que as palestras ou até mesmos os cursos frequentados por eles, enraizaram perspectivas boas em relação a essa nova ferramenta, como bem salienta Trajanowicz (1994, p. 2) comenta que:

O sucesso ou fracasso definitivo do policiamento comunitário repousam em um consenso a ser alcançado a respeito do que significa o conceito de policiamento comunitário. Se a definição for demasiado vaga, então um número excessivo de programas serão qualificados como já participando do policiamento comunitário, o que leva a pensar que o policiamento comunitário não exige nenhuma mudança substancial.

Outro ponto abordado na pesquisa diz respeito às atividades desenvolvidas, nesse quesito abordou-se como que a comunidade passou a contribuir para a solução dos problemas, após a implantação da base comunitária do bairro Teixeira. Embora muitos dos entrevistados não participassem desde o início do projeto, como já exposto, mas criaram uma noção captada por aqueles que ali trabalhavam, também por relatos de moradores e pelo fato de muitos morarem nas proximidades. Essa percepção de como era antes e como é nos dias atuais está demonstrada na figura 05.

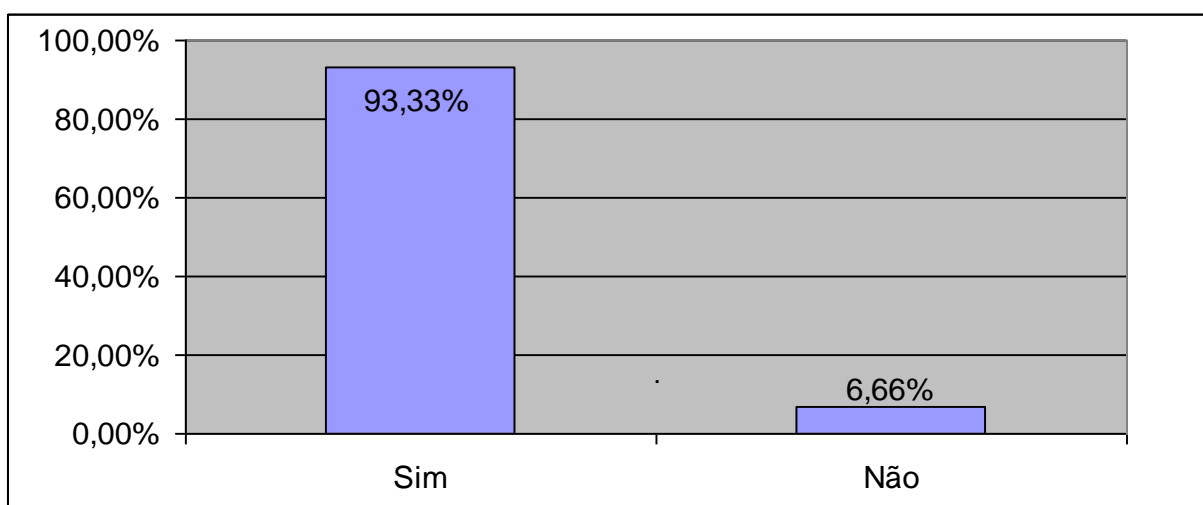


Figura 05 - Com a implantação da base comunitária você acha que a sociedade passou a contribuir mais para a solução dos problemas relacionados com segurança pública.

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (2009)

Revelou-se que a comunidade faz presente, muitos se dirigem até a base para cobrar que seja realizado patrulhamento em sua rua, denunciando a comercialização de drogas e produtos roubados, etc. Criaram assim uma comunidade mais ativa na resolução de problemas ganhando o apoio popular e criando iniciativas na comunidade como salienta Bayley e Skolnick (2002) quando indicam os benefícios do Policiamento Comunitário.

Em reflexo da participação da comunidade outra pergunta foi lançada aos entrevistados referente a um trabalho que a base comunitária desenvolve que é a visita a comunidade. Foi perguntado como a comunidade os recebe quando eles estão desempenhando essa atividade, pois uma coisa é a comunidade ir até a polícia se queixar

de algo outra é a polícia ir até o cidadão é perguntar qual é o seu anseio. A figura 06 retrata em percentuais do da pesquisa.

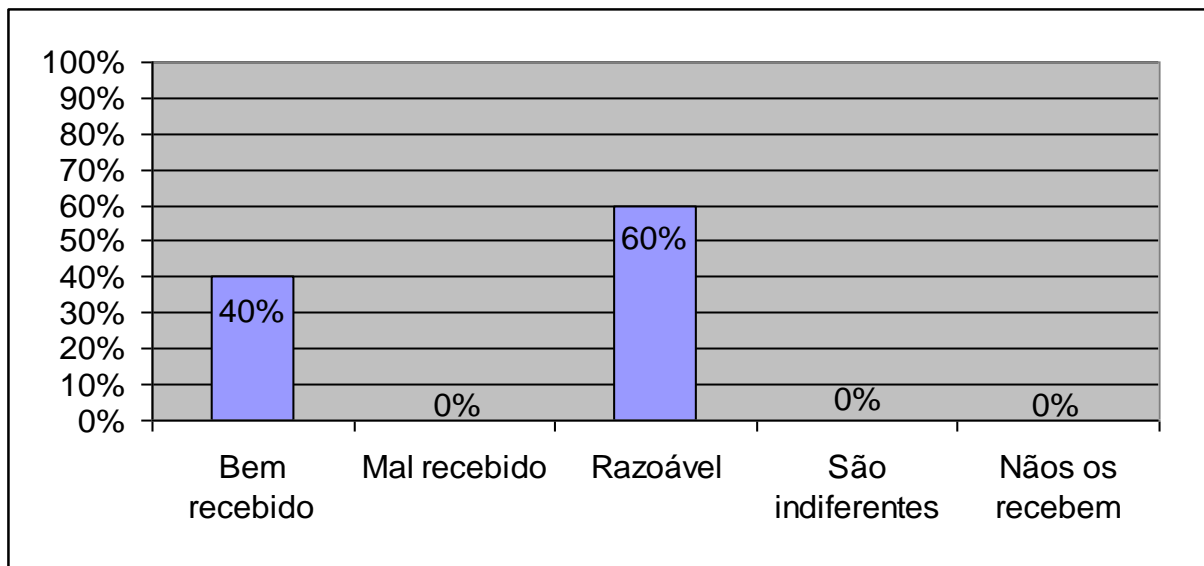


Figura 06 - Como a comunidade recebe você quando está desempenhando serviços típicos de policiamento comunitário, como: visitas a residências e patrulha escolar.
Fonte: Pesquisa realizada pelo autor.

Nesse ponto houve somente duas repostas assinaladas, 60% disseram que são razoavelmente recebidos e 40% disseram que são bem recebidos pela comunidade, sendo que não houve marcação nas demais opções que poderiam caracterizar ou serem interpretadas como barreiras impostas pela comunidade em relação à aproximação da polícia militar.

Para Bayley e Skolnik (2002) o processo de construção de uma “nova polícia” comunitária parte da premissa da necessidade em estabelecer um canal de comunicação com a comunidade. Embora a grande maioria tenha identificado que são razoavelmente recebidos, reflete em outro ponto abordado que é o grau de conhecimento que a comunidade tem em relação ao policiamento comunitário, nesse ponto foi abordado como o policial classifica esse conhecimento, ou seja, como é a sua percepção captada pelo seu contato no dia a dia, tal dado está explanado na figura 07.

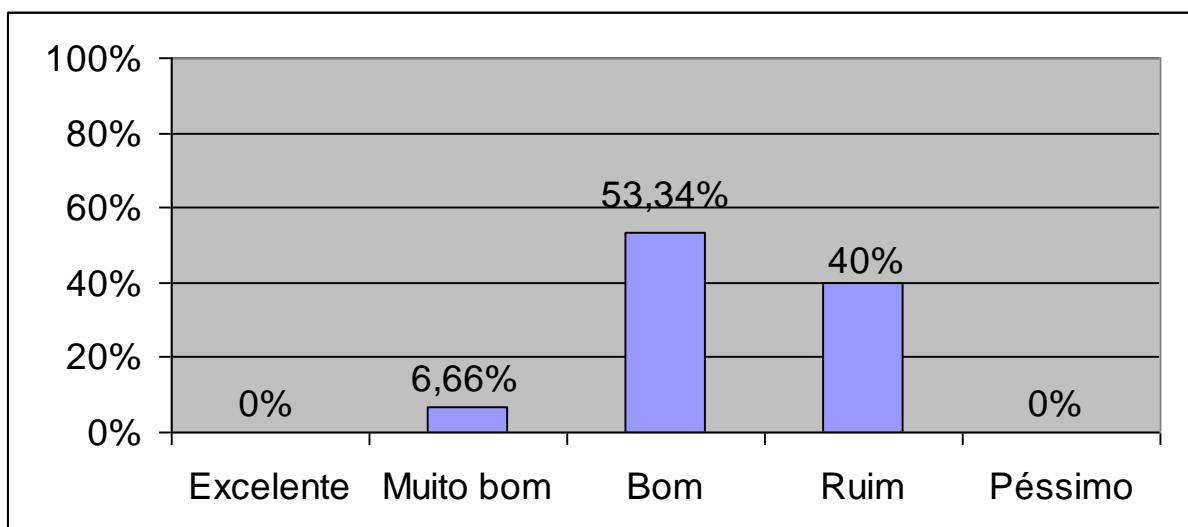


Figura 07 - Quanto ao grau de conhecimento da comunidade em relação ao policiamento comunitário, como você o classifica. Fonte: Pesquisa realizada pelo autor.

Embora o policiamento comunitário seja novo, eles percebem que 53,34% tem um conhecimento bom em relação ao assunto demonstrando que as atividades desenvolvidas são traduzidas em uma visão positiva. Do outro lado estão os que falaram que é ruim, ou seja, cerca de 40% dos entrevistados, revelando assim que o conhecimento sobre policiamento comunitário ainda falta atingir uma grande parcela da comunidade.

O policiamento comunitário se faz presente na comunidade por diversas formas, outro ponto abordado foi em relação se o policial que trabalha no serviço operacional tem noção dos principais projetos desenvolvidos. Revelou-se que todos sem exceção citaram os principais projetos que são: Música na Comunidade, Jovens Construindo Cidadania, visitas, festas comunitárias, palestras e patrulha escolar. Também são feitas reuniões com a comunidade, onde o comandante da base se reúne com os moradores e líderes dos bairros para debaterem sobre o policiamento local, perguntado então ao policial qual é a sua frequência nessas reuniões, 60% disseram que não participam e 40% disseram que frequentam menos de uma vez a cada 2 meses. A explicação da grande maioria para o não comparecimento nas reuniões se dá pelo fato delas ocorrerem em horário em que eles se encontram de folga.

Como relatado os policiais demonstraram grande conhecimento nas atividades desenvolvidas junto à comunidade, mas a relação criada entre o policiamento comunitário e o policial militar é sem dúvida a parte mais sensível, porque para qualquer trabalho fluir

bem tem que ser executado com vontade e apreço. Perguntado então, se eles se sentem pressionados a desenvolver as atividades que a polícia comunitária tem desenvolvido, 60% falaram que sim, e 40% disseram que não, aquele dado é reflexo de imposições que acabam gerando um trabalho desenvolvido com a qualidade comprometida. Muitos relataram que a pressão se dá também pela falta de recursos humanos, falta de recursos materiais, nenhuma participação dos demais órgãos de segurança pública e pela falta da divulgação do plano, criando certa insatisfação e conseqüentemente desmotivando-os para o trabalho.

Em pesquisa feita à comunidade em 2004, como já exposto acima, verificou-se que 98% da população disseram que com a implantação da base comunitária houve uma melhora na segurança em geral. A pergunta feita ao policial militar foi como ele avalia a prestação de serviço antes e depois da implantação do policiamento comunitário, a resposta foi unânime, ou seja 100%, todos disseram que melhorou muito, refletindo assim na consciência da importância da base e das suas atividades desenvolvidas para a população local.

Para saber como é feito a avaliação e acompanhamento do policiamento, foi lançada a pergunta se na unidade havia uma equipe designada para tal avaliação, e a resposta foi que não havia tal equipe, revelando uma falta de recurso humano como já exposto acima e falta de gerenciamento desses dados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segurança compõem o grupo das necessidades primárias do ser humano como exposto na teoria de Maslow, é primordial que essa necessidade seja satisfeita para que o ser humano possa progredir até o nível da auto realização. O enfoque dado pelo constituinte brasileiro em 1988 tornou clara a preocupação do novo Estado Constitucional e assumiu responsabilidade e também deixou claro que é um dever de todos na busca pela melhoria na segurança pública

Com a implantação da Polícia Comunitária demonstrou uma preocupação constante em melhoria na área de segurança pública, abrindo para novas estratégias

organizacionais e tornando cada vez mais contemporânea a busca pela paz social, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida da sociedade.

Com o objetivo de fortalecer estabelecer parceria entre polícia e comunidade para que juntas possam combater a desordem social. E essa parceria nasce do dialogo entre ambas as partes, cada uma colocando seu ponto de vista para a construção de uma sociedade mais segura. Dessa forma tanto polícia como comunidade deve estar ciente do que é a filosofia da Polícia Comunitária embasado nos dez princípios que regem esse sistema. Após a consolidação dessa união os benefícios do policiamento comunitário serão a redução da criminalidade e propiciará outro, como:

- ✓ Benefícios Políticos;
- ✓ Apoio Popular;
- ✓ Construindo o Consenso;
- ✓ Moral Policial;
- ✓ Estatuta Profissional; e
- ✓ Desenvolvimento de Carreira.

Com todos esses benefícios o policiamento comunitário ainda encontra barreiras em algumas culturas já definida nos policiais que estão acostumados ao serviço tradicional barreiras fatores externos como o olhar critico de alguns dizem ser atípica essa função e interno quando os próprios integrantes menosprezam o trabalho.

No Brasil o a filosofia de Polícia Comunitária tem sua origem no ano de 1980 com a nova Constituição brasileira e modelos de Policiamento Comunitário após 1991, considerado para muitos como o marco inicial sobre o tema no Brasil. Desde então e grande as políticas públicas voltadas a área de segurança pública dando enfoque ao Policiamento Comunitário

Quanto ao objetivo geral que era analisar o modelo de policiamento comunitário gerenciado no bairro Teixeira, no município de Cacoal, baseado na visão dos policiais militares do serviço operacional, mostrou-se que esse trabalho é satisfatório e de grande valia, servindo como base para novas políticas direcionadas a base comunitária do bairro Teixeira e as demais que vierem a ser implantada na cidade de Cacoal e região.

No quesito atividades desenvolvidas pela polícia comunitária no bairro, foi negativo a opinião dos entrevistados dizendo que o trabalho realizado não condiz com a realidade, esse dado deve-se levar em conta que a maioria desses trabalhos são desenvolvidos no horário de folga, a exemplo o projeto Música na comunidade, onde relatos dos entrevistados apontaram que grande parte do projeto se desenvolveu graças a o empenho em horários extras de serviço por parte dos policiais que idealizaram o projeto.

Outro ponto que ficou evidente na pesquisa, é que o policial que desenvolve o serviço ostensivo sente às vezes dificuldade em aplicar a lei quando o infrator é aquele cidadão do seu convívio diário, em virtude das visitas realizadas nas residências, pois segundo ele cria um elo e em vários casos são interpretados como polícia paternalista, e quando eles fazem valer a lei sem distinção, são mal recebidos e até muitas vezes tratados como “traidores”, porque ele criou uma relação de amizade com a população e ao impor a lei à quebra facilmente. Revelando assim que precisa uma maior divulgação do papel do policiamento comunitário para não ser confundido com um policiamento paternalista.

O policiamento comunitário no bairro Teixeira teve seu início em 2003, até a data do presente artigo já são seis anos de efetivo exercício, só que a média de tempo de serviço se mostrou inferior a três anos, tal dado revelou que há uma falta de identificação por parte do policial, demonstrando assim que há uma rotatividade nos que desempenham o serviço operacional, indo de contrapartida com os princípios da Polícia Comunitária.

Nos demais aspectos eles se demonstraram favoráveis a essa modalidade de policiamento só não querem desempenhar, destacando que outros policiais que não estiverem desempenhando o serviço operacional o façam. Mas revela uma realidade que é a falta de efetivo, tornando a falta de recurso humano um ponto crucial para o bom andamento do policiamento comunitário. Recursos que se identifique com a filosofia de Polícia Comunitária e desenvolva esse trabalho que é de grande importância para a comunidade.

Outro ponto a ser destacado é a participação da sociedade que constantemente tem tomado conta do tamanho de sua responsabilidade na preservação da paz, colaborando assim cada vez mais com a polícia de forma integrada.

A contratação de mais policiais é sem dúvida um ponto chave para a melhoria do Policiamento Comunitário. Faria com que pessoas com perfil específico desenvolvesse essa atividade, aumentando assim a qualidade do serviço, expansão da doutrina comunitária e consequentemente a diminuição da criminalidade.

Levanta-se o quesito da necessidade de participação dos demais órgãos de segurança pública, sejam eles diretamente ligados ou não, como: Bombeiros e Polícia Civil, Secretária Municipal de Trânsito e Conselho Tutelar. Com tais medidas seriam tomadas com uma visão geral, abrangendo todo o município e não só um setor específico, o combate a violência seria feito com maior eficácia e assim englobaria todo o município evitando que a violência simplesmente mude de lugar.

Recomenda-se que estudos futuros abordem o conceito de Polícia Comunitária em âmbito municipal, envolvendo outros órgãos que tem responsabilidade na construção da paz social. Poderia assim apontar outros pontos fortes e fracos do sistema que não foram apontados neste artigo em virtude do universo pesquisado.

Administrar essa ferramenta é sem dúvida o que fará consolidar a democratização do país rumo a políticas claras de justiça, respeito aos Direitos humanos, consolidando assim o respeito à dignidade da pessoa humana.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

BAYLEY, David H. & SKOLNICK, Jorome. **Policiamento comunitário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, n. 06, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

COSTA, Júlio C. PMES. **Diretrizes para implantação e Implementação da Polícia Interativa**. Espírito Santo: PMESP, 1995.

Ferreira, Carlos Delmar. **Implementação da Polícia Comunitária – Projeto para uma organização em mudança**. São Paul: POLICIALERJ, CSP II/95. Monografia, p. 56.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HYRCYNA, D., COSTA, V. **Policciamento Comunitário no município de Cacoal-RO: avaliação e mensuração das metas e dos resultados**. Porto Velho: Polícia Militar do Estado de Rondônia (mimeo), 2007.

LIMA, Manuel de Oliveira. **História da Civilização**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1973.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica – a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, **Curso Nacional de Polícia Comunitária**/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 – Brasília – DF, SENASP 2007.

TRAJANOWICZ, R, BUCQUEROUX, B. **Policciamento Comunitário: Como Começar**. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

WADMAN, Robert C. in: **Policciamento Comunitário: Como Começar**. Rio de Janeiro: POLICIARJ, 1994. (Prefácio)

http://www.cofecon.org.br/index.php?Itemid=105&id=891&option=com_content&task=view acessado em 25/09/09.

APÊNDICE A – PESQUISA UTILIZADA

Questionário adaptado pelo autor conforme Monografia de Gottardo (2007) no curso de Pós – Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública e Monografia de Silva (2001) no Curso de Especialização Superior de Polícia da Universidade Federal do Paraná.

1) Função: _____

2) Tempo de serviço _____

3) Idade: _____

4) Há quanto tempo atua na policia comunitária? _____

5) Você está trabalhando no setor comunitário por identificação com a filosofia comunitária?

() Sim () Não

6) Qual o seu conhecimento sobre a filosofia da polícia comunitária?

- () É instrutor da matéria
() Possui curso sobre o assunto
() Teve instrução sobre o tema
() Não dispõe de conhecimento

7) Na sua opinião é viável a pratica da filosofia de policia comunitária no serviço operacional?

() Sim () Não

Por

que? _____

8) Com a implantação da base comunitária você acha que a sociedade passou a contribuir mais para a solução dos problemas relacionados com segurança pública?

() Sim () Não

9) Como a comunidade recebe você, quando está desempenhado serviços típicos da polícia comunitária, como: visitas a residências e patrulha escolar?

() Bem recebido () mal () razoável () são indiferentes () não os recebem

10) Quanto ao grau de conhecimento da comunidade em relação ao policiamento comunitário, como você o classifica?

() Excelente () Muito Bom () Bom () Ruim () Péssimo

11) No comparativo a outras atividades desenvolvidas na Polícia Militar como você classificaria o trabalho comunitário?

() Excelente () Muito Bom () Bom () Ruim () Péssimo

12) Quais os principais projetos que a Policia Comunitária tem desenvolvido junto à comunidade?

13) Você se sente pressionado a desenvolver as atividades que a Policia Comunitária tem desenvolvido?

☐ Sim ☐ Não

14) Na sua opinião, o trabalho desenvolvido pelo policiamento comunitário condiz com a realidade da comunidade?

☐ Sim ☐ Não

15) Quais as dificuldades para a implantação do Policiamento Comunitário?

- ☐ Falta doutrina
☐ Falta de recursos humanos
☐ Falta de recursos materiais
☐ Falta de divulgação do plano
☐ não acha que haja necessidade
()

Outros:

16) Conceito do exercício da polícia comunitária

☐ excelente ☐ muito bom ☐ bom ☐ ruim ☐ péssimo

17) Prestação de serviço antes e depois da polícia comunitária

- ☐ melhorou muito
☐ melhorou pouco
☐ inalterada
☐ piorou pouco
☐ piorou muito

18) Participação dos policiais em reuniões com a comunidade

- ☐ sim, periodicamente – pelo menos 2 vezes ao mês
☐ sim, às vezes – menos de 2 vezes ao mês
☐ sim, raramente – menos de 1 vez a cada 2 meses
☐ não participa

19) Sua unidade possui uma equipe designada para a avaliação e acompanhamento do Policiamento Comunitário

☐ Sim ☐ Não

TERMO DE CONSENTIMENTO:

Eu _____, declaro que de livre e espontânea vontade participei da pesquisa _____

Assinatura do participante: _____

Local/data: _____

Caso não queira identifica-se marque o campo seguinte: ()

O Pesquisador Responsável por este Artigo é ELISIENOS LIMA STOCHI do curso de Bacharel em Administração, sob orientação da Profª Simone Marçal. Esta pesquisa é de caráter sigiloso. Não serão divulgados nomes de participantes.